rbpae

DOI 10.21573/rbpae.v42i1.147022

CC BY NC SA

Política de Assistência Estudantil: um estudo sobre as suas reconfigurações na UFPE e na UFRPE

Student Assistance Policy: a study on its reconfigurations at UFPE and UFRPE
Política de Atención al Estudiante: un estudio sobre sus reconfiguraciones en la UFPE y la UFRPE

JULIANA CAVALCANTI MACEDO[1]

EDSON FRANCISCO DE ANDRADE[2]

Resumo: O presente artigo analisa a trajetória da Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Pernambuco e na Universidade Federal Rural de Pernambuco, entendendo as suas reconfigurações a partir dos anos 2000. Utilizaram-se fontes documentais e depoimentos de sujeitos com atuação nas instituições pesquisadas. O exercício analítico dos dados coletados foi respaldado pela Teoria de Análise Crítica do Discurso. Os resultados revelam que as duas instituições configuraram e reconfiguraram as suas políticas de forma semelhante, apresentando-se como democráticas e inclusivas. Contudo, se observam algumas contradições e ambiguidades nos seus discursos.

Palavras-chave: Ensino Superior; Assistência Estudantil; Permanência.

Abstract: *This article analyzes the trajectory of the Student Assistance Policy at Federal University of Pernambuco (UFPE) and Federal Rural University of Pernambuco (UFRPE), understanding its reconfigurations since the 2000s. Documentary sources and testimonies from individuals working in the researched institutions were used. The analytical exercise of the collected data was supported by the Theory of Critical Discourse Analysis. The results reveal that both institutions configured and reconfigured their policies in a similar way, presenting themselves as democratic and inclusive. However, some contradictions and ambiguities are observed in their discourses.*

Keywords: *Higher Education; Student Assistance; Student Retention.*

1 ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4111-2765. Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife, PE, Brasil.

2 ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7577-898X. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Departamento de Políticas e Gestão da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Recife, PE, Brasil.

Resumen: *Este artículo analiza la trayectoria de la Política de Atención al Estudiante en la Universidad Federal de Pernambuco y Universidad Federal Rural de Pernambuco, comprendiendo sus reconfiguraciones desde la década de 2000. Se utilizaron fuentes documentales y testimonios de personas que trabajan en las instituciones investigadas. El ejercicio analítico de los datos recolectados se apoyó en la Teoría del Análisis Crítico del Discurso. Los resultados revelan que las dos instituciones configuraron y reconfiguraron sus políticas de manera similar, presentándose como democráticas e inclusivas. Sin embargo, en sus discursos se pueden observar algunas contradicciones y ambigüedades.*

Palabras clave: *Educación Superior; Asistencia al Estudiante; Permanencia.*

INTRODUÇÃO

Este estudo aborda a relação *política educacional e assistência estudantil*, buscando desenvolver uma análise crítica sobre a política de assistência estudantil no contexto das duas maiores universidades federais de Pernambuco (PE): a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Trata-se de um tema que não é recente na história da educação superior do Brasil, visto que já existiam ações de assistência ao estudante no ano de 1930 no país, mas que ainda conta com poucos estudos na área educacional. No entanto, mais recentemente, essa temática vem ganhando destaque na esfera governamental e apresentando transformações significativas no seu contexto nacional e local (Motta, 2017).

Embora a assistência ao estudante tenha recebido notoriedade nos dois primeiros governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010), especialmente pelo seu papel de combate às desigualdades sociais e regionais, é importante ressaltar que a assistência estudantil (AE) resulta de um processo histórico de lutas dos movimentos estudantil e docente. Nesse sentido, Arroyo (2010) argumenta que os coletivos feitos desiguais se afirmam como sujeitos políticos e de políticas

> contestando o papel do Estado, de suas políticas e instituições e propondo e pressionando por políticas do campo, dos territórios, de moradia, de acesso a espaços urbanos, de trabalho, de acesso e permanência no sistema educacional, por ações afirmativas, políticas de renda, de comida, de justiça e equidade (Arroyo, 2010, p. 1410).

Dessa forma, a assistência estudantil ganha relevo a partir das pressões desses movimentos, principalmente, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) que levantaram suas bandeiras por melhores condições nas universidades.

No contexto de expansão de vagas e de ampliação do acesso e permanência nas universidades, é criado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que apresenta como objetivo a criação de condições de ampliação de acesso e permanência no ensino superior, e vai apontar como uma de suas diretrizes a disponibilização de mecanismos de inclusão através de ações de assistência ao estudante. Assim, é instituído, articulado aos princípios do Reuni, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) através da Portaria n°39 do Ministério da Educação (MEC), em 2007. E, em 2010, é transformado em Decreto Presidencial n° 7.234. De acordo com esse decreto, o PNAES tem como objetivos:

> I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010a).

O PNAES estabelece que as ações de AE devem ser implementadas em áreas como moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, bem como, o acesso, a participação e a aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. E, também, apresenta as diretrizes que devem nortear a política de assistência ao estudante nas universidades dando autonomia para a sua implementação, acompanhamento e avaliação. Dessa forma, cada Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) tem autonomia para criar, manter e avaliar as suas próprias políticas de AE. Assim, a política assume diferentes formas em cada universidade.

O presente artigo apresenta resultados de uma pesquisa de doutorado que teve por objetivo analisar a trajetória da política de AE na UFPE e na UFRPE, desde a sua formulação até a sua implementação, entendendo as suas reconfigurações. O desenvolvimento da investigação se baseou na abordagem qualitativa. Nesta perspectiva de estudo científico, parte-se do fundamento de que

> há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta o fenômeno atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 1998, p. 79).

Para levar a efeito essa perspectiva de instigação, realizamos uma análise documental, a partir dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI's) e dos Relatórios de Gestão da UFPE e da UFRPE no período de 2000 a 2020, bem como, realizamos entrevistas semiestruturadas com gestores, coordenadores/diretores, assistentes sociais, pedagogos, psicólogos e assistentes administrativos da AE das universidades pesquisadas. A escolha dos sujeitos se deu a partir da identificação dos setores responsáveis pela política de AE nas universidades pesquisadas e dos servidores com mais tempo de serviço na AE das duas instituições, totalizando onze entrevistados. Os entrevistados foram informados sobre a garantia de anonimato e a liberdade de recusar ou interromper sua participação na entrevista, ao assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) recebendo aprovação.

O exercício analítico dos dados coletados foi respaldado pela Teoria de Análise Crítica do Discurso proposta por Fairclough (2001). Para o autor, a análise do discurso perpassa três dimensões, simultaneamente: texto, prática discursiva e prática social. A dimensão do "textual" contempla a análise linguística de textos. A dimensão da "prática discursiva" especifica a natureza dos processos de produção e interpretação textual. A dimensão de "prática social" cuida de questões de interesses na análise social, tais como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo.

A pertinência e os contributos desta perspectiva de análise do discurso para o desenvolvimento da Pesquisa em Política Educacional têm recebido reconhecimento por estudiosos da área (Marques, Andrade e Azevedo, 2017), concebendo-se, essencialmente, que "analisar a política educacional em uma perspectiva discursiva, mais do que nos ajudar a desvelar os seus sentidos, pode contribuir para a compreensão das práticas que materializam a política, que podem ou não (re)significá-la" (Idem, p. 57).

Portanto, consideramos importante e pertinente a análise dos textos atinentes à trajetória da Política de AE e das práticas discursivas e sociais dos sujeitos com atuação na execução das ações institucionais pela possibilidade de compreender o movimento que possibilita a produção, a distribuição e o consumo do discurso; e o entendimento das relações que se estabelecem entre a constituição da política pública e a sua materialização, objetivando, no caso específico do presente artigo, uma compreensão de novos sentidos que a política de AE da UFPE e da UFRPE se reveste.

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: BREVE PANORAMA HISTÓRICO

De acordo com estudos sobre o tema, as primeiras ações de AE no Brasil foram identificadas com o surgimento da universidade no país. Costa (2010) compreende que a AE apresenta duas fases distintas: a primeira se inicia com a criação da Casa do Estudante Brasileiro em 1928 e se estende até o final da década de 1980; e a segunda abarca o período da promulgação da Constituição Federal de 1988 até os dias atuais. Nessa direção, Kowalski (2012) complementa a demarcação desse percurso histórico acrescentando uma terceira fase que compreende o período da aprovação do Reuni e do PNAES em 2007 até os dias atuais.

Tomando por base as contribuições de Costa (2010) e Kowalski (2012), assume-se, no presente estudo, que o percurso histórico da AE no país, de fato, é constituído por três fases. A primeira fase da AE no Brasil assume forma e espectro de abrangência reducionista, portanto, ainda não se comprometia com o ideal da promoção da qualidade da permanência estudantil na educação superior. A AE refletiu a construção das políticas educacionais da época baseadas em práticas assistencialistas e fragmentadas. As ações de assistência ao estudante no Brasil se constituíram "em mecanismos emergenciais e focalizados, utilizados pelo Estado para responder às manifestações das diversas expressões da questão social no ambiente escolar" (Nascimento, 2012, p. 96).

A partir de 1985, com a queda do Regime Militar, tem-se o advento da redemocratização no Brasil, que marca o início da segunda fase da AE. Com a democracia reinstituída no país, após os 21 anos de Ditadura Militar, os problemas da educação superior ganham espaço para discussão nos Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários/Estudantis e nas reuniões realizadas pela ANDIFES. O fortalecimento dessa articulação dos gestores acadêmicos resultou, no ano de 1987, na criação do FONAPRACE, composto por Pró-Reitores, Sub-Reitores, Decanos, Coordenadores e Responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das IFES do Brasil, os quais objetivam debater sobre a AE, na busca por mecanismos adequados para viabilizar a permanência dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica nas IFES (Costa, 2010; Kowalski, 2012).

Em 1988, foi promulgada a atual Constituição Federal que tem como finalidade a busca da garantia da efetividade dos direitos fundamentais e a prevalência dos princípios democráticos. Na CF/88 (Brasil, 1988), o processo de redemocratização da educação que estava em curso foi textualizado, explicitando o dever do Estado com a universalização do direito à educação básica, sem, contudo, estender essa obrigatoriedade no que diz respeito ao acesso à educação superior. Ainda assim, faz-se justo reconhecer que é a partir da carta magna de 1988 que as discussões sobre acesso

e permanência nas universidades são intensificadas, criando, portanto, as condições objetivas para a proposição e a implementação de políticas de assistência estudantil que abordaremos mais adiante.

O processo de construção de uma Política de Assistência Estudantil, assumido como ideal do movimento estudantil e do FONAPRACE, notavelmente, no início do segundo Governo Lula (2007-2010), demarca o início da terceira fase da AE no país, buscando-se assegurar, na agenda do Poder Público, diversas reivindicações, como: inclusão de verbas para a assistência estudantil nas IFES na matriz orçamentária anual do MEC; elaboração de projetos para ambientes destinados à assistência; vinculação entre ações de acesso e programas de permanência; consolidação de um Plano Nacional de Assistência (FONAPRACE, 2012).

Cabe chamar a atenção, nesse processo de organização política da AE no país, para a contribuição das discussões e análise dos dados de duas pesquisas de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras dos anos de 1997 e 2004 (FONAPRACE, 2012), que demonstraram a necessidade da proposição de uma política nacional de AE, e, consequentemente, da garantia de recursos orçamentários que viabilizassem sua implementação. Essa reivindicação histórica foi respondida em 2007 através da Portaria nº 39 de dezembro de 2007 que instituiu o Plano Nacional de Assistência Estudantil, no segundo governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. E, posteriormente, com o advento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), tendo sido regulamentado pelo Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 (Brasil, 2010), consolidando a AE como uma política pública compromissada com a permanência na educação superior.

No entanto, esses grupos continuaram suas mobilizações em prol da luta pelas melhorias da política, especialmente no que concerne à sua materialização no âmbito de cada IFES. Nessa perspectiva, é importante destacar que após 14 anos da regulamentação do Decreto, foi aprovada a Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, sancionada também pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, em seu terceiro Governo (2023-), ratificando e atualizando a AE como parte da agenda do Poder Público, ao instituir a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de "ampliar e garantir as condições de permanência dos estudantes na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal e de conclusão dos respectivos cursos" (BRASIL, 2024).

Assim, os marcos regulatórios representam a conquista dos grupos organizados da sociedade civil, como o movimento estudantil e os dirigentes de instituições de ensino, que tiveram as suas demandas atendidas. Nesse sentido, concebemos o PNAES como a principal ação governamental destinada à permanência na Educação Superior, tema que constitui o cerne do presente estudo.

TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFPE E SUAS RECONFIGURAÇÕES

A UFPE foi fundada em 1946 e em 1965 foram criadas as primeiras ações de AE na instituição. Conforme dados documentais coletados na instituição,

> na UFPE, em 1965, o Departamento de Expediente Escolar, (DEE) vinculado a Pró-Reitoria Acadêmica (PROACAD), iniciou as demandas por assistência estudantil. No Brasil, a institucionalização da assistência estudantil deu-se em 1970, através do MEC, com a criação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), com ênfase para os programas de alimentação, moradia e assistência médico-odontológica. Nessa mesma época, a assistência estudantil na UFPE, foi institucionalizada, com a construção da Casa do Estudante Universitário, vinculada a Divisão de Serviço Social (DSS), vinculada ao Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), ambos vinculados à Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários e Estudantis (PROCOM) (UFPE, 2023).

Nos anos seguintes, com a criação do FONAPRACE e a promulgação da CF/1988, foram desenvolvidas várias articulações e discussões acerca da formulação de uma política de AE, ao mesmo tempo em que as instituições no Brasil sofreram com os enormes cortes orçamentários que desmantelaram as ações básicas que estavam em curso.

Para melhor entendimento da análise, consideramos que a política de AE da UFPE se apresenta por duas fases. A primeira, que se estendeu entre 2000 a 2008, representa um momento em que a universidade desenvolvia poucas ações de AE. A segunda compreende o período entre 2009 até os dias atuais (2025), quando podem ser observadas relevantes mudanças institucionais que configuraram e reconfiguraram a política de AE na instituição[3].

A partir dos depoimentos de seis servidores entrevistados (gestores, coordenadores/diretores, assistentes sociais, pedagogos, psicólogos e assistentes administrativos), conseguimos obter informações acerca dessas ações e das dificuldades encontradas no período que compreende a primeira fase da AE na UFPE (2000-2008), como podemos observar em um trecho do depoimento a seguir:

---

3 Cabe ponderar que não encontramos documentos que apresentem a história da AE na UFPE de forma integralmente sistematizada. A textualização da trajetória histórica da AE na instituição aqui apresentada foi produzida com base em informações coletadas em documentos institucionais, disponibilizados especialmente em fontes digitais da PROAES/UFPE.

> Quando eu entrei na assistência estudantil era uma diretoria, e não, uma pró-reitoria. Era uma diretoria que fazia parte da pró-reitoria de graduação, então estava ligada ao ensino. Então, até mesmo por estar nessa pró-reitoria era um pouco meio que assim desvalorizada. Porque a universidade tem muita essa visão: Tudo é ensino, pesquisa, extensão. E à assistência não é dada o devido valor, ou pelo menos, não era dado antes. E aí, quando eu entrei, tinha um programa de moradia estudantil com duas casas, uma casa feminina, uma casa masculina. A casa feminina com 80 vagas e a masculina com 192 vagas. Tinha o programa de bolsa que aí eram 60 bolsas. Então assim, você imagine o que são 60 bolsas para uma universidade do tamanho da UFPE (Servidora Assistente Social 1).

> Foi uma época que teve corte de bolsas, teve o fechamento do RU aqui na universidade. Era como se a assistência estudantil não tivesse visibilidade. Vinha o dinheiro para a universidade do MEC. Era como se fosse um grande bolo, tá?! Então vinha um recurso financeiro. Se o reitor que tivesse na gestão fosse sensível à causa da assistência estudantil, a fatia do bolo era maior. Entendeu? Se fosse um reitor que não desse tanta importância à assistência estudantil, a fatia era pequenininha, né? Só não podia ficar sem fatia porque a época já existia a casa do estudante (Servidora Assistente Social 4).

A partir da fala da servidora 4, é possível inferir que o funcionamento da AE no período anterior a 2008 dependia da sensibilidade e empatia do gestor para conseguir recursos e tentar desenvolver minimamente as suas ações. Dessa forma, percebe-se que não existia uma política estruturada, regulamentada e direcionada aos estudantes:

> O apoio ao estudante era dado num esforço quase que isolado de cada instituição, nem sempre suficiente, dependendo muitas vezes da sensibilidade dos gestores e do poder de convencimento dos setores de assistência estudantil junto à comunidade universitária que assistência estudantil não é gasto e sim uma questão de investimento (FONAPRACE, 2012, p. 21).

Considerando o contexto sociopolítico e econômico do país do período que registrava uma expressiva limitação de recursos destinados à educação superior, as ações de assistência ao estudante no período de 2000 a 2008 se apresentavam por mecanismos emergenciais e fragmentados, representados pelos programas de moradia e alimentação. Destacamos que os recursos destinados às IFES correspondiam a 0,91% do PIB em 1994 e a 0,64% em 2002 (Sguissardi, 2006). Nesse cenário, o FONAPRACE realizou as primeiras pesquisas amostrais de perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das IFES em 1997 e 2004. Os dados apresentaram que uma grande parcela dos discentes se encontravam em situação de vulnerabilidade socioeconômica e cultural, o que demonstrava a necessidade da criação e desenvolvimento de uma política de permanência para os estudantes.

Dessa forma, é nesse contexto que o movimento estudantil e o FONAPRACE se posicionam, contestando o ideário de que as universidades são frequentadas pela elite e que por isso os estudantes não necessitam de apoio à permanência (FONAPRACE, 2012), encampando a luta pela formulação e implantação de uma política que garantisse a permanência dos estudantes na universidade.

A análise do primeiro Relatório de Gestão da UFPE (2008) revela o pouco destaque que a AE da UFPE tinha para a instituição. A AE foi citada apenas uma vez no documento, sendo relacionada estritamente às bolsas e à residência estudantil.

Percebe-se que o discurso da universidade, nesse marco temporal, revela uma compreensão da política na perspectiva do assistencialismo. E, além disso, para receber as bolsas, os estudantes tinham que trabalhar na instituição como uma espécie de contrapartida, como podemos constatar na fala da servidora 1 abaixo.

> Eram poucas bolsas e os estudantes ainda tinham que dar uma contrapartida de horário de trabalho. Era meio que uma bolsa trabalho, sabe? Era assim, era terrível. Era você fazer uma seleção precária para selecionar o pobre do pobre, do pobre, do mais pobre. Enfim, era isso e aí nós vivíamos essa angústia (Servidora Assistente Social 1).

Os dados analisados, referentes ao período de 2000 a 2008, permitem-nos concluir, sinteticamente, que a primeira fase da AE na UFPE é marcada por um espectro de ação reducionista, que concebia a assistência como "ajuda aos estudantes carentes". Na realidade, tratava-se de um campo de atuação institucional invisibilizado, por isso mesmo, com pouco destaque na instituição, visto que a UFPE pouco falava sobre a AE nos seus principais documentos de gestão.

A partir de 2009, demarca-se uma nova fase da AE na UFPE, na qual é possível constatar nos próprios relatórios de gestão, uma mudança no discurso da instituição quanto à política de AE, que resulta tanto do processo de aprimoramento de conhecimentos político-gestionários sobre AE, quanto de exigências supra institucionais, especialmente advindas de órgãos de controle do serviço público federal, em consonância com a primeira normativa nacional instituída em 2007, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Brasil, 2007).

De forma efetiva, a UFPE passa a operacionalizar um portfólio com maior diversificação de ações de AE, compreendendo inciativas de apoio aos estudantes, com destaque para o aumento do número de bolsas, mas, também, a oferta de transporte, cursos de idiomas e informática, além da oferta de apoio pedagógico, da descentralização da AE, com ações específicas nos campi do interior, assim como iniciativas também específicas de apoio aos estudantes de cursos noturnos, de programa de apoio para eventos estudantis e auxílio para aquisição de material didático.

Nessa segunda fase da Política de AE na UFPE, constata-se ainda uma mudança na terminologia assumida na produção do discurso difundido nos textos oficiais da instituição e, por consequência, nas próprias práticas discursivas, especialmente, dos sujeitos envolvidos mais diretamente com essa frente de ação, tendo sido possível identificar, nas fontes documentais examinadas, termos como: "igualdade", "respeito às diferenças" e "compromisso social". Com efeito, essa atualização lexical que amplia semanticamente o entendimento da AE na UFPE também explicita um alinhamento da instituição com a normativa nacional, que, nesse plano semântico, buscava difundir uma concepção ampliada de AE na tentativa de demonstrar o seu papel de contribuição para a mudança social.

A nova configuração da Política de AE na UFPE exigiu também uma nova forma de produção da memória institucional, devendo garantir a transparência das ações programadas e realizadas. A esse respeito, constatamos que os relatórios de gestão produzidos a partir de 2009 passaram a adotar nova estrutura textual, tornando-se perceptível a destacável incorporação de dados referentes aos indicadores, índices previstos e atingidos, e análise dos resultados alcançados. Tais mudanças foram estabelecidas e exigidas pelos órgãos de controle (TCU e CGU), instituídas por meio de instrumentos normativos que definiram normas de organização e apresentação dos relatórios de gestão. Apesar dessa exigência externa, no que se refere ao detalhamento da ação de assistência ao estudante nos relatórios de gestão da instituição, não é especificado qual o setor que é responsável pelo gerenciamento e pela execução dessa ação. Dessa forma, não fica claro nos relatórios de gestão de 2009 e 2010 se os recursos do PNAES foram, rigorosamente, utilizados em ações da AE, como foram utilizados e qual o setor responsável por essas ações.

Os documentos referentes aos anos de 2011 e 2012 mencionam a criação da Pró-reitoria para Assuntos Estudantis (PROAES), visando a melhoria do atendimento aos estudantes e o combate à evasão. Destacamos abaixo o que a universidade entende como sendo os objetivos da PROAES neste documento:

> É competência da PROAES: a) administrar as bolsas e auxílios para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, selecionados mediante editais e avaliados pela equipe psicossocial do setor; b) Cuidar das casas estudantis, no que concerne aos aspectos relacionados com a manutenção e buscando atender as demandas dos residentes; c) Cadastrar alunos para utilização do restaurante universitário observando os perfis (isenção parcial e isenção total); d) Propor, desenvolver e implementar políticas voltadas para a qualificação profissional; e) Cuidar da qualidade de vida do aluno (UFPE, 2013, p. 47).

Entendemos que a criação da PROAES, bem como a delimitação de suas competências constituem iniciativas com reconhecida relevância e pertinência para a reestruturação gestionária na UFPE, com foco específico na melhoria das condições de atendimento aos estudantes. Tal reorganização do organograma administrativo da instituição reflete o próprio movimento de reconfiguração da Política de AE, uma vez que a criação de uma pró-reitoria também explicita o processo de complexificação das demandas de uma determinada subárea institucional, razão pela qual as respostas a serem elaboradas e executadas exigem um aparato organizacional compatível.

É possível perceber uma expressiva mudança no discurso institucional nos relatórios de gestão de 2013 a 2020 e no segundo PDI 2014-2020 no que diz respeito à AE, principalmente, a partir do ano de 2013, pois os documentos apresentam com mais detalhamento os programas e ações desenvolvidos, incluindo o quantitativo de benefícios concedidos numa tentativa de explicar como os recursos do PNAES são utilizados; também, fazem referências ao PNAES e se utilizam de seus objetivos e finalidades para nortear e estruturar a sua política e o seu discurso.

Essa mudança discursiva da UFPE está em consonância com o compromisso assumido pelo PNAES e pelo PNE 2014-2024. Nesse sentido, também destacamos uma relevante mudança no discurso quanto aos objetivos e às atribuições da PROAES, como podemos observar a seguir.

> A PROAES busca **ampliar as condições para permanência** dos jovens na educação superior pública federal, minimizando os efeitos das desigualdades sociais e regionais, com o objetivo de conclusão do curso superior, reduzindo as taxas de retenção e evasão escolar, **contribuindo democraticamente para a promoção da inclusão social pela educação.** É missão da PROAES oferecer ao discente, condições materiais e psicológicas que assegurem o processo de formação acadêmica, **o desenvolvimento de capacidade profissional e de cidadania** (UFPE, 2019b, p. 68, grifo nosso).

Nessa perspectiva, o discurso institucional apresenta todos os elementos contidos nas finalidades e objetivos do PNAES, demonstrando um alinhamento com o contexto nacional da política de AE. Os termos e expressões utilizados indicam uma opção político-pedagógica mais democrática e inclusiva, sintonizada com a perspectiva de educação para o desenvolvimento integral.

TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFRPE E SUAS RECONFIGURAÇÕES

A UFRPE foi fundada em 1912. Em que pese se tratar de uma instituição centenária e de reconhecida relevância acadêmico-científica, nem em seus documentos públicos (relatórios de gestão e PDI's), nem em seu site encontramos informações sobre o período das primeiras ações de AE na instituição. Seguindo a mesma linha metodológica, para um melhor entendimento da análise, consideramos que a política de AE da UFRPE também pode ser apresentada, para fins didáticos, por duas fases. A primeira representa um momento em que a universidade desenvolvia poucas ações de AE e considera o período entre 2000 a 2008. A segunda representa o período entre 2009 até os dias atuais quando podem ser observadas relevantes mudanças institucionais que configuraram e reconfiguraram a política de AE na instituição.

A AE aparece no relatório de gestão de 2000 como sendo uma atividade comunitária e que é desenvolvida pelo Departamento de Assistência Estudantil (DAE), que é um departamento administrativo. O documento apresenta, de forma sucinta, as bolsas e os serviços (bolsa trabalho, residência estudantil, restaurante e atendimento psicológico) que são oferecidos pelo DAE. Destacamos a bolsa trabalho que é ofertada ao estudante que cumprir uma carga horária de 20 horas semanais de trabalho, além da utilização de termos como "ajuda", "estudantes carentes" como podemos observar no trecho do documento a seguir.

> Bolsa de Trabalho para Aluno Carente – visando proporcionar uma ajuda de manutenção para alunos comprovadamente carentes de recursos e que em tempo livre prestam 20 horas de trabalhos semanais, preferencialmente ajudando professores nas disciplinas de interesse do seu curso (UFRPE, 2001, p. 45).

Os relatórios de gestão de 2001, 2002, 2004 e 2005 evidenciam que as ações de AE são desenvolvidas "através da distribuição de bolsas de estudo, residência estudantil e fornecimento de refeições aos estudantes carentes" (UFRPE, 2001, p. 51). A partir da utilização desses termos, é possível perceber o discurso assistencialista que a UFRPE assume nos seus documentos, concebendo a AE como um favor, um ato de benevolência institucional. Faz-se pertinente ponderar que, neste mesmo contexto histórico dos anos 2000, o discurso que se infere do Plano Nacional de Assistência Estudantil, desenvolvido pela ANDIFES em 2001, propunha uma ruptura com a concepção assistencialista da AE ao conceber a política de AE como parte do processo educativo, necessariamente, articulado ao ensino, à pesquisa e à extensão, pois "inseri-la na práxis acadêmica e entendê-la como direito social é romper com a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado" (FONAPRACE; ANDIFES, 2012, p. 5).

Ressaltamos, também, as práticas discursivas referentes a essa primeira fase da AE na UFRPE, que revela uma atuação institucional diminuta, marcada por ações realizadas de acordo com os interesses dos gestores, como podemos observar a partir da fala do servidor 10:

> A gente começou a tentar profissionalizar a coisa, mas era tudo muito incipiente. Era tudo muito artesanal mesmo. A gente saiu buscando informações, foi quando começou a formação do FONAPRACE. Esse fórum começou a socializar o conhecimento entre as universidades, não é? Então, a gente começou a ter vivências com outras experiências pelo Brasil afora, não é só mais a universidade federal, com a irmã vizinha, mas começou a ver outros Estados, outras universidades pelo Brasil afora. Então a gente começou também a tentar trazer as experiências de outras universidades para a nossa realidade. E aí foram feitas algumas adaptações e tal. E a gente não tinha recurso. A gente saía buscando, dependia da amizade do diretor do departamento com o pró-reitor de administração, que é onde roda o dinheiro da universidade, né? Onde as verbas são e eram centralizadas (Servidor Assistente Administrativo 10).

Esse trecho extraído do depoimento do servidor 10 é emblemático no que diz respeito ao que se infere sobre as práticas discursivas dos demais sujeitos da pesquisa que também abordaram essa questão. Em essência, pode-se constatar, primeiramente, o sentido experimental e assistemático da AE na sua fase inicial da UFRPE, traduzida pela identificação na natureza da assistência como uma prática *incipiente*, desprovida de *profissionalização*. Contudo, é justo reconhecer que a reconfiguração deste *status* embrionário da política de assistência foi protagonizada pelos próprios sujeitos engajados com e na prática social da instituição, que se expressa pela iniciativa da *busca por informações*, que inclusive logrou sucesso por meio da *socialização do conhecimento entre as universidades*, bem como do compartilhamento de *vivências com outras experiências pelo Brasil afora*.

Importante também realçar a constatação da relevância do FONAPRACE para essa mudança propulsora de avanço da concepção de AE nesse contexto histórico, especialmente por meio da promoção de atividades formativas junto aos sujeitos envolvidos com a implementação de políticas no âmbito das universidades. Esse engajamento interinstitucional foi decisivo para a consolidação de práticas profissionalizadas na consecução e na implementação da política de AE, que passava, inadiavelmente, pela superação da concepção de gestão, calcada na *dependência da amizade do diretor do departamento com o pró-reitor de administração*, por exemplo, passando-se a assumir o compromisso com a AE como parte do planejamento da própria instituição, que deve ser operado à luz de princípios republicanos, inclusive o da impessoalidade.

No que concerne à reconfiguração da estrutura gestionária para fins de atender a complexificação da política de AE na UFRPE, foi possível identificar, a partir da análise do relatório de gestão de 2006 (UFRPE, 2007), o advento de criação da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (PROGEST), que tem como missão e visão respectivamente:

> Incentivar, apoiar, orientar e acompanhar de forma articulada com as demais Pró-Reitorias, Departamentos Acadêmicos, Departamentos Administrativos e Órgãos Suplementares, o estudante em suas múltiplas demandas no decorrer da sua trajetória estudantil através de ações afirmativas de permanência nas áreas social, técnico-científica, cultural, política e esportiva.
>
> Aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais da UFRPE por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito às diferenças e à diversidade, da afirmação da autonomia e identidade institucional e do aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social através do desenvolvimento de políticas que garantam a igualdade de oportunidades, proporcionando aos acadêmicos da UFRPE condições para a sua permanência, objetivando atender o aluno em suas múltiplas demandas no decorrer de sua trajetória estudantil para um pleno desenvolvimento acadêmico.

A partir desses elementos, percebemos a inclusão de novos enunciados no discurso institucional da UFRPE, com destaque para "ações afirmativas" e "igualdade de oportunidades". A missão e a visão da PROGEST apresentam elementos que são encontrados tanto na CF/1988, quanto na LDB/1996 e no discurso da ANDIFES e do FONAPRACE.

Contudo, em que pese esses reconhecidos avanços, é importante destacar que o primeiro PDI da instituição (2006-2010) não faz referência à AE, apenas menciona o DAE como um órgão executivo da Administração Geral. Dessa forma, a ausência da AE no primeiro PDI da UFRPE chama a atenção, pois revela a inexpressividade da política que não se enquadrava como um objetivo estratégico para a instituição nesse período.

No entanto, o relatório de gestão de 2007 apresenta um maior detalhamento das ações de AE na instituição, além de explicitar a concepção de política de AE da UFRPE:

> A política de assistência estudantil da UFRPE visa, sobretudo, aprimorar e fortalecer a integração dos estudantes à vida acadêmica através da implantação de ações que garantam a permanência e a conclusão de curso de seus estudantes. Para o estudante de baixa renda, a Assistência Estudantil visa assegurar condições minimamente adequadas para que encontrem o necessário incentivo e apoio para desenvolver, com sucesso, os seus estudos (UFRPE, 2008, p. 85).

O documento especifica as suas ações administrativas, como por exemplo, a criação das resoluções que definem as normas para a concessão de bolsas e ajudas de custos. Além disso, também relata o quantitativo das bolsas, ajudas de custos e vagas de residência universitária, detalha ações realizadas na infraestrutura física e as atividades desenvolvidas na pró-reitoria, e informa as metas físicas e financeiras que foram previstas e realizadas para o ano em questão. Essa mudança na apresentação da política no documento e no discurso institucional são observadas no mesmo período da instituição da portaria do PNAES em 2007, que foi um marco regulatório importante para a consolidação da política.

O relatório de gestão de 2009 traz como objetivo da AE o "fornecimento ou auxílio para o acesso à alimentação, ao atendimento médico-odontológico, ao alojamento e ao transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando" (UFRPE, 2010b, p. 40). Nascimento (2012) entende que existe uma confusão conceitual que tenta vincular a AE à política de Assistência Social. Para a autora, essa posição traz implicações à construção da regulamentação da AE, a qual tende a ser vinculada aos instrumentos normativos da Assistência Social.

> Essas limitações conceituais têm implicações diretas no planejamento e na operacionalização da assistência estudantil, uma vez que a sua vinculação à Política de Assistência Social resulta na tentativa frustrada de explicar a sua estruturação e regulamentação nos limites dessa Política. Na nossa concepção, é justamente a face assistencial das políticas sociais a causa desta confusão de definição da qual a assistência estudantil é vítima (Nascimento, 2012, p. 151).

Na esteira desse entendimento, Cislaghi e Silva (2012, p. 506-507) também criticam a associação entre a política de AE e a política de Assistência Social. De acordo com os autores:

> A classe dominante tem usado a política de assistência social para se fortalecer politicamente, criando o mito social da inclusão, da cidadania e da redução das desigualdades a fim de despolitizar e obscurecer a raiz da questão social. [...] Assistir ao estudante deixa de ser, assim, parte do direito à educação, uma política universal estendida a todos os estudantes, passando a reproduzir a lógica vigente da assistência social: focalização e bolsificação.

É nessa lógica de associação que muitas universidades concebiam a AE como uma política focalizada no que Nascimento (2012) denomina de tripé: bolsa, alimentação e moradia. A autora afirma que isso se justifica pela vinculação de necessidades estudantis às necessidades básicas, e, de AE à política de assistência social. No entanto, para que se garanta o mínimo de condições para um bom

desenvolvimento acadêmico é preciso identificar as dificuldades e as necessidades dos estudantes, e, oferecer também, atendimento e acompanhamento aos discentes que apresentem dificuldades de ordem psicológicas, psiquiátricas, pedagógicas e sociais.

Em 2012, a UFRPE publicou um aditamento ao PDI (2006-2010) que inclui novas metas e ações referentes aos anos de 2011 e 2012. A UFRPE justifica a elaboração desse documento por ser um momento de consolidação das ações de interiorização e expansão de novos cursos na instituição, portanto o aditamento teria a função de nortear o planejamento das atividades e de prestar contas do que foi realizado nesse período. Nesse sentido, a instituição esclarece que, desde o início das atividades nas unidades acadêmicas do interior, foram desenvolvidos programas de AE como a residência universitária.

Em face dessa realidade, entendemos essa justificativa como um ponto de destacável importância para esta análise, pois essa inclusão se apresenta como um reconhecimento da relevância da política de AE para a consolidação do processo de expansão e interiorização da UFRPE. Além disso, a universidade também passa a incluir no documento de aditamento a criação de um Programa de Reestruturação da Gestão Estudantil como meta e apresenta estratégias que visam a participação e a permanência dos estudantes na universidade (UFRPE, 2012a). Portanto, a inserção de metas e de ações referentes à AE no PDI revela o novo posicionamento da instituição quanto à política de AE, coerente com o contexto nacional de consolidação do PNAES.

A partir de 2014, os relatórios de gestão apresentam recomendações dos órgãos de controle e as providências tomadas quanto às questões apontadas. Recomendações como a busca de estratégias eficientes de divulgação dos programas de AE, adoção de ações de avaliação para casos de insuficiência de rendimento dos estudantes, abstenção de critérios de seleção incompatíveis com o PNAES, adoção de estrutura física e de pessoal adequadas, são algumas das muitas observações feitas pela CGU, assim como, pelos próprios servidores da universidade, como pode ser evidenciado, emblematicamente, no extrato de fala abaixo:

> Em termos de recursos humanos **é muito restrito o número de profissionais em função da demanda que aumentou bastante.** E, em contraponto a isso, os recursos orçamentários houve uma redução e essa conta vem gerando uma demanda muito grande, uma demanda reprimida muito grande desses estudantes. **Torna-se um processo sofrido e muito desgastante onde há um envolvimento da gente além do envolvimento profissional, há o envolvimento emocional** onde existe um desgaste muito grande da gente estar trabalhando com essas pessoas, com projetos de vida, com sonhos (Servidora Assistente Social 9, grifo nosso).

Dessa forma, é possível perceber uma reconfiguração das práticas institucionais como por exemplo: a adoção de critérios de seleção de beneficiários de acordo com os objetivos do PNAES, excluindo o mérito como critério; e a exclusão da contrapartida de trabalho para o recebimento dos benefícios. Contudo, ainda se percebem muitos pontos a serem melhorados. Com efeito, em sintonia com a defesa da educação como direito humano, entendemos que a AE deve oferecer aos estudantes os "meios de permanência sustentável, isto é, as condições adequadas para realizarem com boa qualidade os seus estudos" (Dias Sobrinho, 2010, p. 1226).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos documentos institucionais da UFPE e da UFRPE (relatórios de gestão e PDI's) e dos depoimentos dos servidores permitiram que se compreendessem as configurações e as reconfigurações da política de AE no período de 2000 a 2020. A busca pela apreensão dos sentidos e das práticas que materializaram a política de AE, exigiu uma compreensão das mudanças sociais que as suas práticas discursivas favoreceram e, reciprocamente, como as mudanças sociais também favoreceram a mudança de determinadas práticas discursivas. Portanto, os dados revelam que as falas dos servidores e os textos institucionais do período estudado evidenciam as contradições e as mudanças discursivas nas instituições, assim como, nos permitem compreender as homogeneidades e as heterogeneidades presentes na trajetória dessas instituições.

Dessa forma, entendemos que as duas instituições configuraram e reconfiguraram as suas políticas de forma semelhante, apresentando pouca visibilidade e destaque para as ações de AE no período anterior ao PNAES. No entanto, a UFRPE se destaca por iniciar mudanças relevantes na estruturação da política já em 2006 com a criação de uma pró-Reitoria específica para a AE. Já a UFPE teve a sua pró-reitoria criada em 2011.

Após a institucionalização do PNAES, as duas instituições estruturaram as suas políticas em consonância com a política nacional dando destaque e visibilidade à AE nos seus documentos e discursos institucionais. Além disso, as duas universidades relatam insuficiência de estrutura física e de pessoal para o pleno atendimento dos estudantes.

Dentro dessa perspectiva, observamos em nossa análise que as concepções de AE nas universidades foram progressivamente se aprimorando. Na primeira fase da AE (2000 a 2008), as universidades apresentavam uma concepção de AE entendida como "ajuda aos estudantes carentes". Já na segunda fase (2009 a 2020), a concepção de AE se apresenta como responsável por "assegurar aos estudantes as condições de permanência na educação superior".

Dessa feita, compreendemos que essa trajetória resultou em uma mudança do funcionamento da política que demonstra uma perspectiva de AE democrática e inclusiva nas duas instituições. Faz-se pertinente reconhecer que as universidades apresentam um alinhamento discursivo com as diretrizes da política nacional de AE. Além disso, as instituições vêm demonstrando uma preocupação com a ampliação das suas ações para além do apoio financeiro. No entanto, essas ações ainda se mostram insuficientes para cumprir com o objetivo de assegurar a permanência dos estudantes na universidade, visto que as próprias instituições relatam suas dificuldades neste sentido.

Por fim, entendemos ser de extrema importância o aprimoramento das políticas de AE através da garantia da ampliação do orçamento, da ampliação e diversificação do quadro de profissionais especializados, da requalificação da estrutura física, condições estas concebidas como imprescindíveis para o adequado apoio à gestão dos programas e ações de permanência no âmbito das IFES.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1075-1432, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/WGyPfcRb7yFJPmFsj5pSxPx/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 18 mar. 2022.

BACK, Larissa Brand. **Política de assistência estudantil:** interfaces com o reconhecimento das diferenças e a promoção da equidade. 2017. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal da Fronteira do Sul, Erechim, RS, 2017. Disponível em: https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1218/1/BACK.pdf. Acesso em: 11 abr. 2022

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, 2010a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 20 jan. 2022.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.

CISLAGHI, Juliana, Fiuza; SILVA, Mateus Thomaz da. O Plano Nacional de Assistência Estudantil: Ampliação de Vagas X Garantia de Permanência. **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 31, p. 489–512, jul./dez. 2012. DOI: https://doi.org/10.26512/ser_social.v14i31.13025. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13025. Acesso em: 15 mar. 2023.

COSTA, Simone Gomes. **A equidade na educação superior:** uma análise das políticas de assistência estudantil. 2010. 202 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: https://flacso.redelivre.org.br/files/2013/02/984.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out./dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/10.pdf. Acesso em 10 maio 2023.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: UNB, 2001.

FONAPRACE, ANDIFES (org.). **FONAPRACE:** Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares. Uberlândia: UFU, PROEX, 2012. Disponível em: https://proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_anos.pdf. Acesso em: 13 maio 2022.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (Des)Caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos.** 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Católica Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5137/1/000438212-Texto%2bCompleto-0.pdf. Acesso em: 12 jan. 2022.

MARQUES, Luciana Rosa; ANDRADE, Edson Francisco de; AZEVEDO, Janete Maria Lins de.; **Pesquisa em Política Educacional e discurso:** sugestões analíticas. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 33, p. 55-71, 2017. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/72834. Acesso em: 17 jan. 2022.

MOTTA, Thalita Cunha. **Assistência estudantil e inclusão social:** mudanças discursivas e recontextualização no caso do IFRN. 2017. 313 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25634. Acesso em: 17 jan. 2022.

NASCIMENTO, Clara Martins. Elementos conceituais para pensar a política de assistência estudantil na atualidade. In: FONAPRACE; ANDIFES (org.). **FONAPRACE:** Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos Olhares. Uberlândia: UFU, PROEX, 2012. Disponível em: https://proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_anos.pdf . Acesso em: 22 jan. 2022.

NASCIMENTO, Clara Martins. **Assistência estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000.** 2013. 157 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11438. Acesso em: 22 jan. 2022.

SGUISSARDI, Valdemar. Reforma universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 1021-1056, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/PsCdVc87JdsF6KDX7LhGq6H/?format=pdf&lang=pt . Acesso em: 8 ago. 2022.

SILVEIRA, Míriam Moreira. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior:** uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. 2012. 134 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em: https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wp-content/uploads/sites/5/2018/03/MIRIAM.SILVEIRA_A-Assist%C3%AAncia-Estudantil-no-Ensino-Superior-%E2%80%93-uma-a-n%C3%A1lise-sobre-as-pol%C3%ADticas-de-perman%C3%AAncia-das-universidades-federais-brasileiras.pdf. Acesso em: 18 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis. **PROAES.** Recife: UFPE, 2023. Disponível em: https://www.ufpe.br/proaes. Acesso em: 16 jan. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Pró-Reitoria de Planejamento Orçamentário e Finanças (PROPLAN). **Relatório de Gestão da UFPE - 2012**. Recife: UFPE, 2013. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/38954/1226579/RelatorioGestao-2012-2015.pdf/c9ed5568-9267-48d8-831f-7e42deeb2863. Acesso em: 16 jan. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Pró-Reitoria de Planejamento Orçamentário e Finanças (PROPLAN). **Relatório de Gestão da UFPE - 2018.** Recife: UFPE, 2019b. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/38954/2272453/Relat%C3%B3rio+de+Gest%C3%A3o+2018.pdf/40917c5c-5214-45c4-b47e-41e44844ffad. Acesso em: 16 jan. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. **Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2006-2010**. Recife: UFRPE, 2006. Disponível em: https://www.proplan.ufrpe.br/sites/ww2.proplan.ufrpe.br/files/pdi_ufrpe_2006.2010.pdf.txt%5B1%5D.pdf. Acesso em: 13 fev. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. **Aditamento 2011-2012 para o Plano de Desenvolvimento Institucional PDI – UFRPE 2006-2010.** Recife: UFRPE, 2012a. Disponível em: https://www.proplan.ufrpe.br/sites/ww2.proplan.ufrpe.br/files/pdi_aditamento_2011-2012.pdf.txt%5B1%5D.pdf. Acesso em: 13 fev. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN). Relatório Anual de Gestão da UFRPE - 2000. Recife: UFRPE, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN). **Relatório Anual de Gestão da UFRPE - 2006.** Recife: UFRPE, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN). **Relatório Anual de Gestão da UFRPE - 2007**. Recife: UFRPE, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN). **Relatório Anual de Gestão da UFRPE - 2009.** Recife: UFRPE, 2010b. Disponível em: https://www.proplan.ufrpe.br/sites/ww2.proplan.ufrpe.br/files/relatorio_gestao_ufrpe_2009.pdf. Acesso em: 2 mar. 2023.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. 2010. **Ensino em Re-Vista**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, jul./dez. 2010. DOI: https://doi.org/10.14393/ER-v17n2a2010-12. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361. Acesso em: 12 jan. 2022.

SOBRE OS AUTORES

Juliana Cavalcanti Macedo
Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. Pedagoga na Universidade Federal Rural de Pernambuco. Pesquisadora do Laboratório de Pesquisa em Políticas Públicas de Educação e Enfrentamento da Desigualdade Social da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Recife, PE. Brasil.
E-mail: julianacmacedo@gmail.com

Edson Francisco de Andrade
Doutor em Educação. Docente no Departamento de Políticas e Gestão da Educação – DPGE e no Programa de Pós-Graduação em Educação no Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Líder do Laboratório de Pesquisa em Políticas Públicas de Educação e Enfrentamento da Desigualdade Social. Recife, PE. Brasil.
E-mail: edson.fandrade@ufpe.br

Recebido em: 22/04/2025
Aprovado em: 12/06/2025